

O DOSSIÊ “ALFABETIZAÇÃO E LITERATURA” NA REVISTA BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO: DEBATE E DISSENSO NO CAMPO EDUCACIONAL

Maria Amélia Dalvi

*Universidade Federal do Espírito Santo
maria.dalvi@Ufes.br*

A Revista Brasileira de Alfabetização (RBA), publicação de inequívoca importância no cenário brasileiro e, assim, no contexto latino-americano, desde sua criação articulada às atividades da Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf), tem como objetivo principal “constituir-se em um fórum de debate, por meio da reunião e divulgação da produção acadêmico-científica que contribua para reflexão e ação referentes às várias dimensões da alfabetização, entendida como processo de ensino e de aprendizagem iniciais da leitura e escrita a crianças, jovens e adultos” (Disponível em: <<http://abalf.org.br/revistaeletronica/index.php/rabalf>>. Acesso em: 15 maio de 2017). Agora sob nova editoria, sob responsabilidade geral da professora Dania Monteiro Vieira, da Universidade Federal do Espírito Santo, a revista continua cumprindo seu propósito, ao articular distintas subáreas da Educação – tais como Didática, Ensino-aprendizagem, História da Educação, Filosofia da Educação, Política e Gestão Educacional – com o fito de refletir sobre o escopo temático principal da publicação: alfabetização.

O quarto número da RBA, referente ao segundo semestre de 2016, é trazido a lume com contribuições referentes à dimensão literária no âmbito da cultura escrita ou das culturas do escrito – conforme as diferentes perspectivas teóricas. São, a rigor, no dossiê “Alfabetização e Literatura”, cinco artigos – alguns de pendor ensaístico – que partem de circunscrições temáticas, escolhas teórico-metodológicas e questionamentos diversos e, ao mesmo tempo, complementares entre si, face à complexidade dos objetos e questões em pauta. Investindo não nas “coisas” (no caso: as noções de literatura e de alfabetização) em si, mas nas relações que elas estabelecem, todos eles têm em comum acenarem com temas ou abordagens ou cunhagens nocionais tocadas pela originalidade, pelo dissenso e, às vezes, com isso, passíveis de suscitar polêmicas – o que reforça a pertinência da RBA e seu projeto de constituir-se como um fórum aberto e democrático da pesquisa atual.

No primeiro dos artigos do dossiê, intitulado “A EDUCAÇÃO ESCOLAR E OS CLÁSSICOS LITERÁRIOS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL”, Ana Carolina Galvão Marsiglia e Sandra Soares Della Fonte, ambas professoras da Universidade Federal do Espírito Santo (e, no caso de Della Fonte, também do Instituto Federal do Espírito Santo), corajosamente, defendem uma posição que marca uma diferença face ao relativismo total que tem dirigido as escolhas literárias para a infância no processo de escolarização e, assim, trazem à cena uma questão da máxima importância: o problema da seleção de obras literárias e o modo de se trabalhá-las nas salas de aula de alfabetização.

As autoras discutem a questão dos clássicos literários nos anos iniciais do ensino fundamental; mais especificamente, a necessidade, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, de desalojar o “clássico” do campo estético para adotá-lo como critério de seleção dos conteúdos de ensino, mostrando a importância dessa tomada de posição no sentido de garantir a apropriação do sistema de escrita alfabética por parte das crianças. No desenvolvimento de seu argumento, marcam a diferença entre “clássico” e “canônico”, propondo um horizonte alternativo de pensamento e ensino.

O segundo texto do dossiê, “CELEBRANDO POSSIBILIDADES LEITORAS: AS CRIANÇAS NECESSITAM, PODEM E APRECIAM LER JÁ DESDE A PEQUENA INFÂNCIA”, de Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto, professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, foi produzido a partir das contribuições do pensamento de Mikhail Bakhtin e de Lev Vigotski. Coloca em cena outra questão fundamental atinente às relações entre Literatura, Infância e Alfabetização: a leitura como prática histórica e culturalmente constituída, já na pequena infância. A autora defende que essa prática se faz presente na pequena infância, em gestos e ações que ela denomina (e justifica) como “embrionárias”. No processo de defender seus argumentos, a autora, em seu ensaio, reflete sobre o próprio lugar de enunciação e defende deslocar o olhar das dificuldades e do produto para as potencialidades e a processualidade.

Por sua vez, Rosa Maria Hessel Silveira e Iara Tatiana Bonin, professoras, respectivamente, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Luterana do Brasil, trazem um estudo deveras interessante intitulado “ILUSTRAÇÕES ENGRAÇADAS, COMOVENTES E ASSUSTADORAS – LEITURAS DE IMAGENS POR ALUNOS DE ANOS INICIAIS”, com base nas escolhas feitas por crianças dos anos iniciais do ensino fundamental a partir dos acervos de uma das mais importantes políticas públicas recentes no tocante à literatura para crianças: a saber, o Programa Nacional para as Bibliotecas

Escolares. Perfazem, assim, um percurso que vai das políticas à prática singular dos sujeitos inseridos em contextos institucionais (no caso, escolares) de leitura.

Nas conclusões de seu estudo, Silveira e Bonin mostram “a produtividade da leitura imagética, feita pelos alunos, que lançaram mão tanto de seu repertório cultural mais amplo (sobre amor romântico, p. ex.), quanto da identificação de recursos usados para produzir humor (escatologia, exagero, nonsense)”. Essas conclusões suplementam aspectos ou dimensões da leitura que são discutidos em outros dos artigos que constituem o dossiê, e nos chamam à atenção para a natureza multissemiótica da produção de sentidos em face de objetos culturais complexos, como os livros literários para crianças.

Já Geisa Magela Veloso e Francely Aparecida dos Santos, no artigo “LEITURA COMPARTILHADA DE TEXTOS LITERÁRIOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DE 6 ANOS”, ambas da Universidade Estadual de Montes Claros, trabalhando com a noção conceitual de letramento – hoje hegemônica nas políticas públicas de alfabetização –, trazem à baila “a influência da leitura compartilhada de textos na inserção de crianças de 6 anos no universo da cultura escrita”. A investigação das pesquisadoras constituiu-se como pesquisa-ação (com intervenção calcada na realização de oficinas de contação de histórias em turmas de alfabetização), e foi realizada em uma escola pública do interior do estado de Minas Gerais. O processo de inserção das crianças em práticas sociais de uso da língua escrita se deu por meio da leitura mediada de textos literários, compreensão e compartilhamento de sentidos – e as conclusões são atinentes à pertinência (e aos percalços) do modelo de oficinas com que trabalharam.

Por fim, fechando o dossiê, Ivana Passos de Oliveira, ex-professora da Universidade de Vila Velha e atualmente bolsista de pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e Maria Amélia Dalvi, professora da Universidade Federal do Espírito Santo, apresentam uma pesquisa cujo título é autoexplicativo. Elas investigaram “LIVROS FICCIONAIS PRODUZIDOS NO ESPÍRITO SANTO PARA CRIANÇAS: POLÍTICAS DE (IN) VISIBILIDADE”. No curso do artigo, focalizam a dificuldade de divulgação, comercialização e circulação dos livros ficcionais feitos para crianças no contexto do estado do Espírito Santo e pensam sobre os desdobramentos disso na educação linguístico-literária de crianças.

Por meio de pesquisa de campo realizada em diversas livrarias localizadas na região metropolitana de Vitória (ES), as autoras apresentam as dificuldades de acesso a esses objetos. Na sequência, discutem políticas públicas de incentivos à produção de obras ficcionais para a crianças e mostram que essas políticas

não redundam na dinamização do acesso e que, portanto, os livros ficcionais produzidos no estado do Espírito Santo possivelmente não cheguem à maioria dos pequenos leitores. Defendem que essa lacuna participa de um processo de alfabetização engendrado por políticas para as quais o contexto sócio-histórico-cultural mais imediato não é fundamental na aprendizagem da leitura e da escrita.

Além desses trabalhos, o número da RBA conta, ainda, com outros artigos extremamente pertinentes ao escopo da publicação. Rosângela Pedralli, da Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, põe em discussão no artigo “O LEMA ‘PARTIR DA REALIDADE DOS SUJEITOS’ E ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS EM UM EXERCÍCIO DE ATENÇÃO ÀS VIVÊNCIAS DOS ALUNOS” que a exigência de se “partir da realidade dos sujeitos” vem ganhando espaço no cenário educacional nos últimos vinte anos, mas, muitas vezes, de modo enviesado. A autora identifica o risco que a assunção de tal lema no espaço escolar pode significar para o que caracteriza a especificidade dessa instância formativa; assim, analisa dois eventos de letramento observados em uma classe de alfabetização de adultos da rede municipal catarinense e interações em rodas de conversa com três das alfabetizandas dessa classe. Traz, portanto, uma contribuição importante ao abalar uma espécie de senso comum em torno de uma noção que parece requerer um olhar mais atento dos pesquisadores do campo educacional.

Já Gabriela Medeiros Nogueira, Taiana Duarte Loguercio e Silvana Maria Bellé Zasso, da Universidade Federal do Rio Grande, dedicam-se a um assunto muito atual, em face das políticas educacionais que vêm se tornando hegemônicas inclusive nos primeiros anos de escolarização de crianças. Em “A POLÊMICA EM TORNO DA AVALIAÇÃO NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO: O QUE DIZEM AS PROFESSORAS”, as autoras discutem concepções de professoras alfabetizadoras sobre avaliação no ciclo da alfabetização, considerando especialmente a progressão continuada no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Mostram, nas conclusões, uma diferença entre as concepções de professoras dos 1º e 2º anos e do 3º ano, pois, enquanto as primeiras tendem a adotar uma visão processual de avaliação, as segundas, conforme as conclusões e argumentos das pesquisadoras, sentem a necessidade de realizar provas trimestrais, por considerarem esse o instrumento capaz de evidenciar o que as crianças aprenderam. Embora não conte com um número tão amplo de sujeitos em estudo que permita generalizar os resultados para todo um país ou uma região – o que, coerentemente com as perspectivas teórico-metodológicas das autoras, não esteve no horizonte de pretensões –, é algo de bastante relevante e que nos faz indagar sobre os efeitos, sobre os docentes, das políticas de avaliação em larga escala que redundam na responsabilização direta das escolas e de seus profissionais.

Em “FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SABERES PARA O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”, Rejane Maria de Almeida Amorim e Luciene Cerdas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estudam as concepções iniciais no tocante à alfabetização de licenciandos em Pedagogia e acompanham a transformação dessas concepções no correr da disciplina “Alfabetização e Letramento”. Por se tratar de um estudo atinente à processualidade da formação inicial traz uma contribuição importante no sentido de evidenciar, com dados da realidade, a importância da dimensão teórico-metodológica na constituição profissional docente. Também incidindo sobre concepções norteadoras do trabalho pedagógico com a linguagem na educação de crianças, o artigo “SOBRE LETRAR OU ALFABETIZAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A LINGUAGEM NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR”, de Renata Teixeira Junqueira Freire e Ana Maria Esteves Bortolanza, docentes da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade de Uberaba, com base nos pressupostos teórico-metodológicos de Mikhail Bakhtin e Lev Vigotski, apresenta um estudo sobre como a criança e a linguagem são apresentadas no documento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de Educação Infantil. No entanto, não se trata apenas de uma análise de conteúdo, pois a leitura do documento é contextualizada historicamente a partir do diálogo com a legislação brasileira sobre a Educação Infantil. As conclusões do estudo são de que a BNCC não apresenta uma concepção clara de linguagem que norteie o trabalho docente na Educação Infantil, limitando-se a situar sua função comunicativa em situações de uso no cotidiano.

“POR ENTRE OS ARQUIVOS PESSOAIS: UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA LINGUAGEM ESCRITA EM ESCOLAS PÚBLICAS CAPIXABAS (2001-2008)”, de Fernanda Zanetti Becalli, do Instituto Federal do Espírito Santo, e de Cleonara Maria Schwartz, da Universidade Federal do Espírito Santo, assim como o artigo de Oliveira e Dalvi, se dedica ao contexto capixaba contemporâneo – e, tal como o estudo de Amorim e Cerdas, investiga a processualidade das transformações de concepções atinentes às práticas linguísticas na alfabetização: no entanto, agora em contexto escolar. O artigo se entrelaça, também, por exemplo, com o trabalho de Souza e Bortolanza, pois igualmente explora a pesquisa documental, visando a rastrear concepções norteadoras enunciadas em materiais oficiais de políticas educacionais. Isso porque Becalli e Schwartz estudaram modelos de situações didáticas consideradas adequadas pela equipe do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa) para orientar a prática pedagógica nas turmas de alfabetização, e, articuladamente, buscaram compreender, pela exploração de arquivos pessoais, como esses modelos foram apropriados, usados e/ou transformados pelos docentes. Nas conclusões, mostram que os professores realizaram um trabalho de compreensão ideológica ativa sobre o que lhes foi prescrito.

Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo e Valéria Inácio Chagas, ambas da Universidade Federal de São João Del-Rei, se dedicaram a realizar uma aproximação etnográfica do processo de alfabetização em uma escola integrada da rede belo-horizontina de educação. Em “ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DA ESCOLA INTEGRADA: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA”, trabalhando teórico-metodologicamente com os Novos Estudos do Letramento, as autoras fizeram uma seleção de todas as situações em que a escrita esteve presente mediando as relações entre alunos e agente cultural; concluíram que, com a ampliação do tempo e dos espaços educativos, as crianças têm a oportunidade de interagir mais entre elas e com os agentes culturais e estagiários, participando de eventos de alfabetização e letramento diferentes dos que ocorrem na sala de aula.

No artigo “A CONSTITUIÇÃO DO DIÁLOGO SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA FORMAÇÃO CONTINUADA COM PROFESSORES ALFABETIZADORES DE ARARUAMA NO RIO DE JANEIRO”, Elaine Constant, Jefferson Willian Silva da Conceição, Larissa Leão e Luciana Rodrigues, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisaram práticas formativas e participação dos professores em debates acerca da alfabetização, em face de esforços rumo à constituição de uma forma de relação horizontal entre Universidade e Escola Básica. Tomando como sujeitos privilegiados do estudo professores vinculados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) do município de Araruama (RJ), os pesquisadores se dedicaram a relatos e grupo focal, que mostraram dilemas docentes com a organização do sistema educacional em ciclo nos contextos de transformações sociais contínuas. Nas considerações finais, os autores ventilam que a ideia de “reflexão”, tornada quase onipresente nos discursos e políticas atinentes à formação e prática docente, pode representar uma forma de colonização dos saberes dos professores. Ou seja, de um lado, como Silveira e Bonin, os autores deste texto fazem um percurso que vai das políticas às práticas dos sujeitos inseridos em contextos escolares, e, de outro, como Pedralli, trazem uma contribuição importante ao abalar uma espécie de senso comum em torno de uma noção que parece requerer um olhar mais atento dos pesquisadores do campo educacional.

Por fim, o último artigo, “A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO”, de Julia Timm Rathke Correio, visa a responder à pergunta: “Como a intervenção psicopedagógica pode auxiliar crianças com dificuldades de alfabetização?”. Trabalhando com bibliografia sócio-interacionista sobre alfabetização e com fundamentos teórico-metodológicos da psicologia cognitiva, e defendendo o “pensamento narrativo e lógico-cartesiano”, apresenta, conciliando distintas vertentes epistemológicas, possibilidades de intervenção psicopedagógica que possam auxiliar crianças com dificuldades de alfabetização.

Assim, fica patente o quanto a RBA cumpre um papel importante, ao publicar textos com temáticas, objetivos, orientações teórico-metodológicas e conclusões diversificados e muitas vezes conflitantes, em torno da questão da Alfabetização, cumprindo o que se espera do debate universitário, no campo disputado e sempre tenso da Educação; ou seja: reafirmando sua vocação dialógica – tão importante na construção de uma democracia pujante, que possa superar o modelo que legitima as desigualdades estruturais da sociedade brasileira e que nos amesquinha a todos.

Fica patente, também, diante do rico painel de trabalhos que me coube a honra de apresentar, que, a despeito dos ataques e do desmonte aos quais as instituições públicas de educação no país estão sendo submetidas, há, na imensa maioria dos trabalhos, uma inestimável – e resistente – contribuição da pesquisa orientada para a defesa do direito inalienável à educação pública, laica, de qualidade socialmente referenciada. Se a escola, sozinha, não vai mudar o mundo; se a universidade, sozinha, não vai mudar o mundo; se as nossas pesquisas, sozinhas, não vão mudar o mundo: vamos, dia a dia, mudando com elas, em movimento, sonhando e debatendo e lutando e trabalhando por uma sociedade livre, equânime e solidária.

Despedindo-me dos leitores, agradeço a alegria a mim ofertada de organizar o dossiê temático, a convite da ex-editora chefe, professora Cleonara Maria Schwartz, e de, a pedido da atual editora chefe, professora Dânia Monteiro Vieira, ler os trabalhos para escrever este texto de apresentação. Agradeço igualmente a todos os membros da diretoria da Abalf, que endossaram o convite das colegas, e que, teimosamente, e de modo admirável, continuam na defesa da alfabetização de todos e, principalmente, para todos.